

Alinie da Matta Moreira

# AS RESTRIÇÕES EM TORNO DA RESERVA DO POSSÍVEL

Uma Análise Crítica

*Prefácio*  
Silvio Luís Ferreira da Rocha



Alinie da Matta Moreira

# AS RESTRIÇÕES EM TORNO DA RESERVA DO POSSÍVEL

UMA ANÁLISE CRÍTICA

*Prefácio*  
Silvio Luís Ferreira da Rocha

*Área específica*  
Direito administrativo.

*Áreas afins*  
Direito constitucional.

*Público-alvo/consumidores da obra*  
Advogados, magistrados, procuradores,  
estudantes de Direito.

261 páginas  
ISBN 978-85-7700-429-4  
Formato: 14,5x21,5 cm

Esta obra é resultado dos estudos desenvolvidos e dos debates enfrentados pela autora ao longo de sua trajetória no mestrado em Direito do Estado, cursado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

As discussões jurisprudenciais e doutrinárias sobre a reserva do possível, travadas no âmbito internacional e nacional, são analisadas sob a ótica do direito pátrio, sem perder o contato com os fundamentos que deram origem ao instituto no direito alemão.

A obra busca, por meio de uma pesquisa profunda, superar os entraves de um tema complexo e desafiador, contribuindo para que as discussões em torno da reserva do possível não sejam renegadas à superficialidade que inviabiliza a verdadeira realização de direitos sociais.

**Alinie da Matta Moreira** é advogada, com atuação destacada nas áreas de Direito Administrativo, Direito Econômico, Direito Financeiro e Mercado de Capitais. É Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e Bacharel em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005).

## SUMÁRIO DO LIVRO

PREFÁCIO

Silvio Luís Ferreira da Rocha

### INTRODUÇÃO

#### CAPÍTULO 1

##### OS DIREITOS SOCIAIS

- 1.1 As raízes históricas dos direitos sociais: dos movimentos populares à constitucionalização
- 1.2 A experiência brasileira: o reconhecimento dos direitos sociais como direitos fundamentais
- 1.3 A multifuncionalidade dos direitos sociais: os direitos a prestações e os direitos de defesa
- 1.3.1 Os direitos sociais prestacionais

#### CAPÍTULO 2

##### A RESERVA DO POSSÍVEL COMO RESTRIÇÃO AOS DIREITOS SOCIAIS PRESTACIONAIS

- 2.1 Contextualização: as primeiras discussões em torno da reserva do possível
- 2.2 O reconhecimento da reserva do possível como restrição aos direitos sociais prestacionais
- 2.2.1 O suporte fático dos direitos fundamentais
- 2.2.1.1 O modelo de suporte fático proposto por Virgílio Afonso da Silva para os direitos sociais prestacionais
- 2.2.1.2 O suporte fático amplo e o suporte fático restrito: as consequências da adoção do suporte fático amplo para a imposição de restrições aos direitos sociais prestacionais
- 2.2.2 As restrições aos direitos fundamentais
- 2.2.2.1 As teorias interna e externa: a opção pela teoria externa como fundamento para a imposição de restrições aos direitos fundamentais
- 2.2.2.2 O conceito de restrição aos direitos fundamentais e as peculiaridades que assume no caso dos direitos sociais prestacionais
- 2.3 Alinhando os pontos: a suscetibilidade dos direitos sociais prestacionais à reserva do possível enquanto restrição fática, decorrente da escassez de recursos
- 2.3.1 O conceito de reserva do possível: as inovações propostas pela doutrina nacional
- 2.3.2 O conceito de reserva do possível: a escassez de recursos como elemento comum e central
- 2.4 Em conclusão

#### CAPÍTULO 3

##### A TEORIA DOS LIMITES DOS LIMITES: UM PRESSUPOSTO À COMPREENSÃO DAS RESTRIÇÕES À RESERVA DO POSSÍVEL

- 3.1 A teoria dos limites dos limites ou, como preferimos, das restrições às restrições

#### CAPÍTULO 4

##### A RESERVA DO POSSÍVEL PROPORCIONAL E RAZOÁVEL

- 4.1 O papel da Administração Pública na implementação dos direitos sociais prestacionais
- 4.1.1 A Administração Pública e a função administrativa
- 4.1.2 Algumas considerações sobre as políticas públicas
- 4.1.3 Um desfecho para as considerações sobre a atuação da Administração Pública na implementação dos direitos sociais prestacionais
- 4.2 A análise proporcional e razoável da reserva do possível
- 4.2.1 Uma digressão acerca da proporcionalidade e da razoabilidade
- 4.2.1.1 A proporcionalidade
- 4.2.1.1.1 A adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito
- 4.2.1.2 A razoabilidade
- 4.2.2 Em conclusão: a proporcionalidade e a razoabilidade como restrições à reserva do possível

#### CAPÍTULO 5

##### A RESERVA DO POSSÍVEL EM FACE DO MÍNIMO EXISTENCIAL

- 5.1 A origem das discussões sobre o mínimo existencial
- 5.2 O mínimo existencial e o conteúdo essencial dos direitos fundamentais: as teorias objetiva e subjetiva e as teorias absoluta e relativa
- 5.2.1 As teorias objetiva e subjetiva
- 5.2.2 As teorias absoluta e relativa
- 5.2.3 Uma aproximação entre o mínimo existencial e o conteúdo essencial dos direitos sociais prestacionais
- 5.2.3.1 A relação entre o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana
- 5.2.3.2 Outros importantes elementos informadores do mínimo existencial.
- 5.3 O mínimo existencial como restrição à reserva do possível .....188

## CAPÍTULO 6

### A RESERVA DO POSSÍVEL SEGUNDO O PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- 6.1 A intervenção do Poder Judiciário na atividade administrativa voltada à implementação dos direitos sociais prestacionais
- 6.2 A hipótese específica do emprego de recursos pela Administração Pública: o Poder Judiciário em face da reserva do possível
- 6.3 Uma análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal
  - 6.3.1 Direito à saúde
  - 6.3.2 Direito à educação
  - 6.3.3 Direito à Previdência Social
- 6.4 Em conclusão

## CONCLUSÃO

## REFERÊNCIAS

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

## ÍNDICE ONOMÁSTICO